

FACULDADES INTEGRADAS REGIONAIS DE AVARÉ

Licenciatura em História

Brasil e Estados Unidos: a escravidão e suas diferenças

Elizete Aparecida Dutra

**Avaré
2017**

FACULDADES INTEGRADAS REGIONAIS DE AVARÉ
Licenciatura em História

Brasil e Estados Unidos: a escravidão e suas diferenças

Elizete Aparecida Dutra

PROF^a. MSc. Rafael Henrique Antunes

**Trabalho apresentado como exigência
parcial para obtenção do grau de
graduado em História**

Avaré
2017

DUTRA, Elizete Aparecida. *Brasil e Estados Unidos: a escravidão e suas diferenças*, 2017. 26f. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdades Integradas de Avaré. Avaré, 2017.

RESUMO

O presente trabalho trata da escravidão nas Américas, mais especificamente da relação entre o escravismo nos Estados Unidos e no Brasil. Ele traz à tona toda a questão escravocrata, desde a questão colonial com o mercantilismo, que era o sistema econômico da época, até a situação que os nativos se encontravam mediante a essa nova forma de vida e exploração, passando pela questão escrava desde o início até a emancipação do tráfico negreiro. Causas essas importantes para a compreensão das diferenças geradas em ambos os países quando analisados atualmente, e que comparados mostram o quão economicamente diferente se tornaram. Para tanto, foi utilizado à pesquisa bibliográfica de autores que não só discutiram a questão escrava, mas também a economia envolvida em todo o processo histórico da época. A escravidão, embora bem parecida, apresentou algumas distinções; entre elas o aspecto econômico e até mesmo em questão a mentalidade, embora nos Estados Unidos se tenha iniciado a exploração escrava após o Brasil, sua emancipação foi mais rápida e violenta, gerando conflitos grandiosos, de pensamentos e mentalidades distintas. Contudo, não se pode afirmar que somente isso justifique a relação dos dois países atualmente, mas inclui-se um processo ainda mais complexo que pode ser analisado também em outros períodos.

Palavra-Chave: *Mercantilismo, Escravidão nos Estados Unidos, Escravidão no Brasil.*

Sumário

1. Introdução	6
2. Ser escravo: mercantilismo	7
3. De início: Os indígenas	10
4. Escravidão no Novo Mundo: as navegações	12
5. Escravidão e liberdade nos Estados Unidos	15
6. Escravidão e liberdade no Brasil	21
7. Considerações finais	25
8. Referências	26

1. Introdução

Toda vez que se remete aos Estados Unidos da América, automaticamente é como se as diferenças entre nós, brasileiros, e eles já viessem à tona em nossa mente. É possível perceber que todas as nações possuem mesmo diferenças fundamentais entre si, já que até mesmo internamente também existem diferenças regionais notáveis. No entanto, algo que se pode notar em comum na análise das realidades de Brasil e EUA, é a existência de regiões periféricas, que apresentam as mesmas características, com uma maioria de habitantes negros e pobres; é válido ressaltar que, ainda que apresentem essas semelhanças, há muitos pontos divergentes entre estes dois países. Tais diferenças foram geradas em períodos muito distantes dos quais vivemos, ou seja, desde quando a escravidão era um ato legal e aceito em ambas as sociedades aqui analisadas.

Com a escravidão ocorrendo intensamente nas Américas, será possível afirmar que existiram diferenças entre o escravismo na América do Sul e na América do Norte? Talvez se possa responder a esta afirmativa destacando que a diferença entre os colonizadores foi fundamental para haver também a uma distinção na forma do escravismo.

Assim, este trabalho visou destacar alguns tópicos necessários para a análise da discussão em questão, primeiramente almejando analisar as características do mercantilismo europeu e posicionar a escravidão neste processo. Sucessivamente valeu levantar os motivos que levaram a escravidão nas Américas. Em seguida, buscou-se compreender a forma e os argumentos utilizados para justificar a escravidão tanto na América do Norte como na América do Sul, e por fim, analisar como os escravizados se portavam diante desta exploração.

O primeiro capítulo foi destinado à figura da mentalidade envolta a escravidão. Dentro do sistema mercantilista, o escravo é utilizado como ferramenta de ganho, gerando lucros aos exploradores.

Para a elaboração desse capítulo foram utilizados autores como: Fausto (1994); Gorender (1990); Pires (2000); Cardoso (1984); e Mattoso (2003).

O segundo capítulo, muito importante para a compreensão dos motivos que levaram a escravidão negra a se dissolver tanto nas Américas, é a questão dos

nativos, que foram os primeiros a serem utilizados nesse meio, mas que em pouco tempo não conseguiram cumprir a demanda necessária para a exploração. Fazendo então necessário a busca de outros meios. Neste capítulo os autores utilizados foram: Karnal (2007); Todorov (1991) Fausto (1994); Paiva (2010); e Cardoso (1984).

O terceiro, visando à mesma característica do anterior traz a facilidade que seria trazer os negros para serem escravizados nas Américas, já que as navegações estavam em alta, e as vendas eram priorizadas pelo custo, custo esse que o escravo tinha em alta. Favorecendo neste momento o início do tráfico negreiro. Para este capítulo foram utilizados trabalhos de: Berlin (2006); Cardoso (1984); Karnal (2007); e Fausto (1994).

Já o quarto, constitui-se das características e formas de escravidão dentro dos EUA, destacando o pensamento econômico, religioso, e moral. Mostrando as diferenças regionais, e como isso afetou e também contribuiu para o fim da escravidão. Neste capítulo os autores utilizados foram: Grinberg *et al.* (2013); Paiva (2010); Karnal (2007); Berlin (2006).

O quinto e último, discorre a escravidão do Brasil mostra a relação entre o escravo e seu senhor, e como a escravidão foi violenta e envolta em revoltas entre os escravos. A libertação destes ocorre de forma lenta e gradual, com pouco envolvimento religioso. Para tanto foram utilizados os autores: Pinski (2010); Prado Junior (1971); Pereira (2011); Grinberg *et al.* (2013); e Mattoso (2003).

A justificativa desta pesquisa se dá de uma dupla forma: primeiro como fundamento para a discussão histórica sobre a escravidão, de forma comparativa. Segundo, como importante instrumento para a questão social dos impactos da escravidão no Brasil e no mundo, destacando como a escravidão trouxe resultados negativos a todas as sociedades nas quais marcou sua presença.

2. Ser escravo: Mercantilismo

O mercantilismo foi uma economia política, ou melhor, foram práticas econômicas adotadas no período anterior ao capitalismo, práticas estas que buscavam o lucro.

[...] a política mercantilista pressupunha uma ampla intervenção do Estado, seja assumido diretamente certas atividades econômicas,

seja criando condições favoráveis a determinados grupos para alcançar os objetivos visados. (FAUSTO, 1994, p. 55)

A formação escravista-mercantil se dá através de características adotadas por este sistema. João Manuel Pires (2000) vem destacar que os escravistas recebem parte da mais-valia gerada no processo de produção, vendo, pois, realizado seu desejo de valorizar o valor; o escravo, trabalhador direto, surge na mesma forma de sujeição em que entrara no processo produtivo, ou seja, o escravo também acaba se tornando um objeto de produção para gerar lucros aqueles que o exploram. Tais características mencionadas acima são:

[...] existência prévia do escravismo e de fontes supridoras de cativos; tais fontes apresentam-se segundo uma dupla natureza: as institucionais - poder do Estado - que fundamentam política e juridicamente a redução e sujeição de pessoas à condição de cativos e as físicas ou biológicas, que garantem a constituição, reposição e o eventual aumento dos plantéis; ausência de alternativas, válidas do ponto de vista econômico, à utilização da mão-de-obra escrava; existência de mercados capazes de absorverem as mercadorias produzidas com base na exploração da mão-de-obra escrava; indivíduos que se habilitavam, e que contaram com os recursos necessários para tanto, a fornecer mão-de-obra cativa mediante a captura e venda e/ou a mera intermediação (compra e revenda); indivíduos que visavam a valorizar valor com base na exploração da mão-de-obra escrava e aos quais se apresentaram disponíveis os recursos necessários à mobilização de meios de produção e de mão-de-obra cativa. (PIRES, 2000, p.5)

Portanto, incluindo a escravidão no meio desta busca pelo lucro das mercadorias, como um meio de mão-de-obra para a realização da produção, é necessário destacar aqui alguns aspectos importantes desta exploração.

A exploração se dava em cima de negros escravizados, que eram forçados a trabalhar para o interesse de um senhor, dono de terra. Estes exerciam diversas funções, não tendo algo específico somente para os escravos, mas um trabalho aleatório, porém, o negro era sempre uma mercadoria viva, e não considerado um humano como os outros.

Vejamos o que era o negro (ou negra) de ganho. Era escravo e só escravo. Como todo escravo, definia-se não pela atividade exercida (que até podia ser idêntica à de homens livres, a exemplo dos escravos artesãos, dos escravos feitores e dos mestres de açúcar), porém pela condição de propriedade semovente, de mercadoria humana. (GORENDER, 1990, p. 92)

Sendo uma mercadoria, um objeto de trabalho, o escravo também tinha um valor a ser vendido, não era algo conquistado de uma hora pra outra, mas era também uma mercadoria deste mercantilismo. Não só aquilo que ele produzia era o gerador de lucro, mas o próprio ser em si.

O preço do escravo é um jogo de variáveis, algumas das quais totalmente alheias ao próprio escravo e outras, ao contrário, intimamente ligadas a sua pessoa. O preço do escravo depende da concorrência, da distancia entre o ponto de embarque e o ponto de venda, da especulação, da conjuntura econômica, depende ainda da sua idade, sexo, saúde, de sua qualificação profissional. (MATTOSO, 2003, pp. 77-78)

Tendo assim, um valor diferenciado um do outro, não era um preço padrão de mercadoria, mas algo formado decorrente de sua situação de vida. Fica evidente que dependendo da idade ou até mesmo, da situação da saúde os preços podiam decair ou até mesmo subir, sendo assim algo mutável.

Cardoso (1984) destaca ainda que no Brasil existem cinco grandes situações econômicas: A Agroindústria de exportação; as minas, com uma presença maior do Estado, ocasionando uma necessidade de explorá-las com mais rapidez; o sertão, maior pobreza e menor densidade de escravos; os escravos urbanos, que trabalhavam como artesãos, carregadores, escravos de aluguel, vendedores e etc.; e os escravos domésticos, mais privilegiados quando comparado com os outros, porém observado pelo dono ainda mais de perto.

O sistema utilizado para o trabalho escravo era a plantagem escravista, ou *plantation*, a qual se denomina pela formação agrária voltada a mão-de-obra escrava.

Para muitos autores a economia de *plantation* surge desde a Idade Média, já que desde a formação da colônia do Mediterrâneo começada logo após a primeira cruzada, esta vai se difundindo conforme o tempo até chegar ao Novo Mundo. Seja qual for a expressão "*plantation* escravista" evoca uma propriedade rural relativamente extensa, cujas características principais seriam:

1) dedicar-se prioritamente e em escala importante a atividades agrícolas ou agroindustriais de exportação; 2) possuir uma mão-de-obra escrava abundante; 3) apresentar um nível importante de investimentos; 4) dispor dos seus produtos no grande comércio oceânico (enquanto os mercados das *haciendas* eram majoritariamente locais, regionais ou intercoloniais). (CARDOSO, 1984.p.32)

Não fica difícil imaginar como os donos de terras conseguiam gerar lucros em sua *plantation*, porém se faz necessário também essa reflexão, já que “[...] para a obtenção do capital necessário às atividades de *plantation*, o mais comum era que o seu proprietário se associasse a um comerciante residente na colônia.” (CARDOSO, 1984 p. 41)

Na plantagem escravista se pode notar uma empresa capitalista, avançada para época, com economias de escala, ritmo de trabalho disciplinado, regular e mecanizado. Ainda que o mercantilismo não seja o próprio capitalismo, mas sim aquilo que abriu o caminho e deu origem ao sistema atual, ele já tinha certo espírito capitalista, com o âmbito de arrecadação de lucro.

Sendo assim, as colônias escravistas da América apareciam não como sociedades no sentido pleno da palavra (formação econômico-sociais), e sim como anexos complementares do capitalismo (comercial) europeu, simples instrumentos para a acumulação (européia) de capitais. (CARDOSO, 1984. pp. 17-18)

Destacando o aspecto tecnológico, se pode dizer que todo o processo de produção dentro das Américas era algo muito moderno, quando se reflete com o tempo vivido naquele momento, isto desde o modo de produção, à separação do trabalho. Cardoso (1984) afirma esse aspecto, destacando que novos estudos mostram o sistema escravista americano como algo muito mais aberto a mudanças de tecnologia e à divisão do trabalho do que se pensava: um engenho de açúcar, que embora bastante primitivo quanto à tecnologia agrícola, era, no seu setor “industrial” (moenda, caldeiras, etc.) uma das formas mais complexas de empresa dos Tempos Modernos.

Por fim, como se pode perceber, a escravidão serve então como mais uma fonte de riqueza, de lucro, um instrumento utilizado como mão-de-obra, como objeto de trabalho. O escravo não passava de um objeto de produção, era apenas mais um aspecto envolvido para a formação de capital.

3. De início: os indígenas

Ao chegar à América acreditando serem as Índias, europeus se deparam com uma realidade totalmente diferente daquilo que estavam acostumados. Os nativos, tanto do Brasil como dos EUA, tinham diferenças grandiosas em seu modo de viver.

A forma como ambos irão reagir a esse encontro, vai justificar as questões ligadas ao início da escravidão de negros, que começa primeiramente na América do Sul e mais adiante passa a ser praticada também na América do Norte.

Centenas de tribos indígenas habitavam a América do Norte até a chegada dos europeus. Há uma variedade enorme nessas tribos: só em línguas diferentes encontraram-se mais de trezentas. (...) Por toda a América, a história dessas tribos seria profundamente modificada pela chegada dos europeus. (KARNAL, 2007, p. 49-50)

O encontro causa mudanças de vidas, mas principalmente afeta a forma de vida dos nativos. Os que antes viviam de forma simples, e comunitária, agora tendem a se modificarem com o novo trazido pelo homem branco. Em um dos relatos de Colombo sobre o encontro entre eles, transparece uma sensação de estranhamento, já que para ele os Índios pela forma diferente de se portar, "Fisicamente nus, são na opinião de Colombo, desprovidos de qualquer propriedade cultural: caracterizam-se, de certo modo, pela ausência de costumes, ritos e religião" (TODOROV, 1991, p. 41), ou seja, eram considerados como sem cultura.

Pode-se dizer que de início os Índios também foram escravizados; neste sentido, Leandro Karnal destaca que:

Embora o fato seja bem pouco conhecido da História norte-americana, os Índios também foram escravizados. (...) É natural imaginar uma reação indígena. A expansão agrícola por sobre as áreas originou violentos ataques às terras dos colonos. (KARNAL, 2007.p.50)

Diversos foram os motivos que levaram a conflitos com tribos indígenas. Na América do Sul não obstante, a exploração sobre os nativos também acontece, embora de forma diferente, já que neste cenário o índio manteve uma relação mais pacífica, quando comparado com o do norte. Mas, ainda que pacífica, não quer dizer que eles não lutaram contra a escravidão, mas, como afirma Fausto (1994), os índios foram submetidos a isso, sendo maltratados com muita violência.

O que diferencia realmente esta relação com os indígenas entre as duas Américas é a forma como ambos entendiam a existência do Índio. Na América do Norte, com a colonização Inglesa, a mentalidade passa a ser consideravelmente diferente da América do Sul que por sua vez tinha colonizadores portugueses e espanhóis; isso se dá devido principalmente à religião cristã, que por um lado é Protestante e outro Católico.

Para os Estados Unidos, cujo povo é formado pela religião trazida pelos ingleses, ou seja, predominantemente protestantes, é possível dizer que sua relação de ocupação das terras indígenas era defendida de forma teológica.

Os peregrinos haviam se identificado com o povo eleito que Deus conduzia a uma terra prometida. Tal como Deus dera força a Josué (na *Bíblia*) para expulsar os habitantes da terra prometida, eles acreditavam no seu direito de expulsar os que habitavam a sua Canaã. John Cotton, pastor puritano, fez vários sermões nos quais destacou a semelhança entre a nação inglesa e a luta pela terra prometida descrita no antigo testamento. (KARNAL,2007,p.50)

Desta forma, os índios não eram nem mesmo catequizados, diferente do Brasil, onde os Jesuítas catequizavam, batizavam e os convertia à sua religião. Isso se deve a distinta forma de interpretação religiosa já que no Brasil se

[...] justificava a escravidão dos negros e condenava a escravidão dos índios. (...) A Bíblia fornecia, assim, um argumento racista em favor da escravidão que viria a calhar quando esta, nos tempos modernos, se concentrou em vítimas negras. (PAIVA,2010,pp.63-64)

Em ambas as sociedades se nota algo em comum, a necessidade de escravizar os negros. Embora os colonizadores tivessem explorado a mão-de-obra indígena, esta não foi suficiente para satisfazer os interesses esperados. “Mas a terrível mortalidade dos índios nas fazendas, a baixa produtividade do seu trabalho, levaram a que passasse a preferir a importação de africanos.” (CARDOSO, 1984 p.19).

Muitos foram os fatores que influenciaram esse processo, entre eles doenças trazidas pelos homens brancos – antes desconhecidas pelos nativos que rapidamente começa causar mortes entre eles, já que estes não tinham imunidade suficiente para combater as doenças – com as mortes e a fraqueza dos índios começa então a faltar mão de obra. Com o tráfico negreiro em alta, surge então uma nova característica escravista, a escravidão do negro.

4. Escravidão no Novo Mundo: as navegações

Com toda a necessidade de mão-de-obra, e a degradação dos indígenas, tem início então esse novo tipo de exploração dentro das Américas. Valendo recordar, que a escravidão já ocorria no continente Africano, antes mesmo do aparecimento do Europeu.

A vida dos negros no continente norte-americano teve origem não na África ou na América, mas no mundo entre os dois continentes. Ao longo da periferia do Atlântico - primeiro na África, depois na Europa e finalmente nas Américas - ela foi um produto do importante encontro de africanos e europeus e depois de seu encontro, igualmente decisivo, com os povos do Novo Mundo. (BERLIN, 2006 p.35)

Ainda que nesse contexto o autor tenha destacado primeiramente o continente norte-americano, de final acaba também incluindo todo o contexto do Novo Mundo.

Embora já ocorresse o uso de escravos dentro da África a mentalidade era totalmente diferente, já que, lá eram os negros que escravizavam os próprios negros, trazendo uma concepção de poderio diferente daquilo que os europeus pregavam. Na coleção *História da África* (2010) da UNESCO o autor OGOT, deixa nítido essa visão em referencia ao escravismo, já que, se destaca o quase extermínio dos povos indígenas, fato que gera consequências importantes, a serem discutidas. Em primeiro lugar, a importante expansão na produção de bens destinados ao comércio marítimo com a Europa e a América do Norte, que ocorreu apenas a essa importação de mão-de-obra africana; e em segundo ao fato que as terras cultiváveis passarem a serem dominadas por latifúndios ou fazendas. Fatores esses que mais a frente criam possibilidades comerciais, possibilitando uma transformação capitalista na Europa e na América do Norte.

Mas quais as razões que levam o aparecimento desse regime escravista de negros Africanos na América? São dois os aspectos que se pode levar em consideração, para a resposta final.

O primeiro, é um regime baseado nas relações escravistas de produção surgiu onde existia a possibilidade, seja de produzir para o mercado europeu artigos tropicais em quantidades amplas, seja de explorar jazidas de metais preciosos (...) o segundo, tal regime surgiu onde não foi possível estabelecer ou manter (como pelo contrario ocorreu no México ou no Peru) uma estrutura de produção baseada principalmente na incorporação e exploração da força de trabalho dos índios, dentro ou fora das comunidades indígenas. (CARDOSO,1984)

Pode-se considerar que tal regime nasce então seguido de um tráfico já existente, pois como o próprio Cardoso (1984) vem destacar ainda, que no Brasil¹ a

¹Onde o tráfico de escravos acontece inicialmente, logo depois passa a ocorrer na América do Norte.

escavidão só existiu devido à existência do tráfico de escravos que era algo importante para a acumulação de capital, e não algo contrário, retirando o aspecto que o tráfico tenha surgido para alimentar um sistema escravista. Tráfico este que era algo de alto custo, não valendo assim, a pena transportar coisas baratas, mas sim coisas com um grande valor. Valor que o escravo tinha de sobra.

Ao percorrer a costa africana no século XV, os portugueses haviam começado o tráfico de africanos, facilitado pelo contato com sociedades que, em sua maioria, já conheciam o valor mercantil do escravo. Nas últimas décadas do século XVI, não só o comércio negreiro estava razoavelmente montado como vinha demonstrando sua lucratividade. Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do Atlântico. (FAUSTO, 1994 p.24)

Mais tarde, com a colônia Inglesa constituída no território da América do Norte em 1619, chega então o primeiro lote de escravos africanos naquele lugar. Destacase o comércio nas Antilhas, e a relação comercial se torna algo de grande lucro, para que assim consiga-se então a compra de escravos, bebidas e visse-versa.

O comércio triangular pode ser descrito, simplificada, como a compra de cana e melado das Antilhas, que seriam transformados em rum. A bebida obtinha fáceis mercados na África, para onde era levada por navios da Nova Inglaterra e trocada, usualmente, por escravos. Esses escravos eram levados para serem vendidos nas fazendas das Antilhas ou nas colônias do Sul. Após a venda, os navios voltavam para a Nova Inglaterra com mais melado e cana para a produção de rum. Era uma atividade altamente lucrativa, entre outros motivos por garantir que o navio sempre estivesse carregado de produtos para vender em outro lugar. (KARNAL p.47 e 48)

Como se pode notar, o tráfico negreiro, além do declínio das populações indígenas, foi o grande incentivador do início da escavidão nas Américas. Primeiramente utilizada pelos Europeus nas produções açucareiras trazendo os negros africanos para o Brasil, e logo depois pelos Ingleses que também tiraram o proveito os levando para a América do Norte, e os transformando não só em mão-de-obra, mas também em um objeto comercial importante.

5. A escavidão e liberdade nos EUA

É notável perceber que nos Estados Unidos a questão escrava leva à reflexão sobre diversos aspectos distintos entre si, já que, na sua divisão Sul e Norte,

múltiplos fatores históricos influenciaram para que, entre eles, houvessem diferenças – diferenças estas que, mais tarde, seriam responsáveis pela eclosão da Guerra Civil ou Guerra de Secessão. Embora alguns historiadores acreditem que a escravidão não seja o motivo real para a formação da Guerra Civil, se faz importante a discussão sobre o tema. A polêmica que muitas vezes se forma ao questionar a escravidão nas Américas, é o quão violenta ela foi, em diferentes regiões. Alguns argumentos trazem até mesmo a concepção de uma colonização distinta, que se aprofundando ainda mais ao Brasil e os Estados Unidos, traz também a distinção de uma colônia de exploração e outra de povoamento. Ainda que muitas vezes questionáveis. Mas será que nos Estados Unidos o escravismo teve mesmo um feitiço mais violento quando comparado com o restante da América?

O fato é que não se pode falar que a colonização nos Estados Unidos foi totalmente voltada ao povoamento, porque realmente não foi. As 13 colônias eram distintas entre si, e por mais que algumas delas fossem sim para povoação, também havia aquelas que eram para a exploração.

A origem da escravidão nos Estados Unidos se dá um pouco mais tarde quando comparado ao Brasil, o que antes no território norte-americano era uma população escrava, passa agora ser uma economia de mão-de-obra escrava.

A transformação de uma sociedade com escravos em uma sociedade escravista começou quando em, 1676, os plantadores esmagaram o heterogêneo exército de Nathaniel Bacon de pequenos proprietários lentamente substituíram os servos por contrato por escravos como sua principal fonte de trabalho na *plantation*. (BERLIN, 2006 p. 71)

A relação entre o senhor e o escravo era muito difícil já que os costumes eram diferentes, assim como a língua. Causando estranheza em ambos os lados. O proprietário não dava tanta atenção em se preocupar com o bem estar do escravo, mesmo ele sendo um objeto importante de sua mercadoria “[...] porque o novo comércio escravo aberto tornava os “novos pretos” barato, e as doenças do novo meio aumentavam sua taxa de mortalidade independentemente de serem ou não bem cuidados.” (BERLIN, 2006 p.74).

O nível de violência contra os escravos cresce à medida que a *plantation* aumenta, causando um distanciamento ainda maior do senhor e do escravo, que agora além de social era também uma distância física. “Os escravos enfrentavam o

pelourinho, poste de chicotadas e forcas com muito mais regularidade e em muito maior número do que antes.” (BERLIN, 2006 p.77).

Leando Karnal (2007) traz em discussão um fato ocorrido em outubro de 1669, elaboração de uma nova lei que determina a morte de um escravo através de agressões não terá causa de “delito maior”, pelo contrário absolverá o seu senhor da responsabilidade, enfatizando a questão que ninguém mataria o seu bem de lucro intencionalmente, ou seja, o senhor que matasse seu escravo, não matou por querer, mas por acidente. Será que mesmo com toda essa violência e perspectiva trabalhista os escravos se mantiveram passivos a essa exploração? Teriam cedido sempre para seus senhores aquilo que eles desejavam?

Naturalmente, diante da violência da escravidão, os negros resistiram de várias maneiras. O historiador norte-americano Aptheker retrata algumas formas de resistência: lentidão no trabalho, doenças fingidas, maus-tratos aos animais da fazenda, fugas, incêndios, assassinatos (especialmente pelo veneno), automutilações, insurreições etc. Em 1740, os escravos tentaram, em Nova York, envenenar todo o abastecimento de água da cidade. (KARNAL, 2007, p. 56)

Embora os escravos tivessem o direito de ir contra a tais medidas, os protestos que eles faziam não surtiam tanto efeito. Por mais que seu trabalho, quando comparado com o trabalho do servo branco, fosse nitidamente distinto, era muito difícil um questionamento vindo dele. O aspecto era ligado muito mais a aceitação do que a revolta.

Os escravos podiam protestar, mas seus apelos paravam nas fronteiras da *plantation*. (...) A autoridade dos senhores raramente era questionada e, ao contrário dos servos brancos, os escravos africanos não tinham tribunal de último recurso. (BERLIN, 2006 p.79)

Aquilo que fora visto antes como lealdade e companheirismo entre o senhor e escravo, agora começa tomar uma nova forma de poder.

À medida que os proprietários consolidavam seu poder, um novo sentido de domínio começou a emergir. A consolidação do poder dos proprietários e a emergência da ideologia paternalista assumiram diferentes significados para os escravos, sendo o primeiro o trabalho. O trabalho controlado era dominante. (BERLIN, 2006 pp. 80-81)

Não demorou muito para que fosse crescendo ainda mais a importância do escravo dentro do sistema, pois conforme “o alistamento militar retirava jovens brancos da força de trabalho, o número e a importância dos trabalhadores escravos aumentavam.” (BERLIN, 2006 p.102). O escravo deixa então de ser apenas um

mero instrumento de trabalho, e passa a ser um elemento central dos negócios, tornando-se algo comum.

A vida escrava na *plantation* do norte assemelhava-se cada vez mais com a do Sul, porém ela acaba não avançando igualmente.

A expansão da escravidão parou pouco antes da transformação do Norte em uma sociedade escravista. Mesmo nas colônias do centro, onde a expansão da escravidão teve seu maior impacto, os fazendeiros nortistas não reorganizaram a produção segundo o modelo da *plantation* ou inauguraram um sistema de trabalho em grupo. (BERLIN,2006 p.109)

Com o passar do tempo os aspectos e diferenciais escravistas começam a ficar cada vez mais distintos entre o norte e o sul. Toda a questão econômica começa a se modificar, e a tecnologia de indústria também com a Revolução Industrial, começa a tomar forma dentro da economia.

O Norte, mais avançado em termos industriais, tinha uma classe média nascente e uma indústria de importância crescente. O sul, embora apresentando características fundamentalmente agrícolas, baseava-se no sistema de *plantation* e escravidão muito bem inserida no sistema capitalista; o escravo era visto como mercadoria (...). Nos dois mundos, os negros estavam fora das decisões políticas e eram vítimas de preconceito, principalmente no sul, onde a escravidão era garantida por lei. (KARNAL,2007 p.111)

O norte acaba se transformando economicamente e, agora, começa a se voltar também para o fornecimento de escravos para o Sul, embora continue sendo uma sociedade com a produção escravista, mas com um aspecto diferente. Pouco a pouco as pressões contra a escravidão começaram a aparecer, e no norte ela acaba ganhando destaque ainda maior. "Incentivados por suas próprias reivindicações como defensores da liberdade, alguns americanos brancos se uniram aos escravos e negros livres na condenação da escravidão." (BERLIN,2006 p.126).

Embora o norte estivesse com a mentalidade abolicionista, outras regiões como o Sul da Nova Inglaterra e nas colônias do centro, com numerosos percentuais de negros e uma escravidão muito mais ativa, não aceitam a extinção desta escravidão e "Ao contrário, buscaram meios para proteger sua propriedade, aplicando códigos de escravidão muito negligenciados e implementando novas e duras restrições." (BERLIN,2006 p.127).

O fato ainda maior é que essa discussão não acaba por ai, atingindo o âmbito da legislação.

Enquanto a maioria dos estados do Norte e do Oeste tentou pôr fim à escravidão ao mesmo tempo em que estabelecia novas distinções entre os cidadãos com base no conceito de raça, os tribunais e as legislaturas do Sul reafirmaram seu compromisso com a escravidão e a desigualdade entre as raças. (...) A maioria dos estados do Sul também aprovou leis que restringiam os direitos dos negros livres, de modo que suas vidas, na prática, não diferiam muito da dos escravos. (GRINBERG et al. 2013 p. 61)

Todo esse conflito foi ocorrendo lentamente, o historiador Ira Berlin (2006) continua mencionando isso através das consequências ocorridas na vida dos afro-americanos, e destaca alguns pontos como: a dificuldade que trouxe para os negros conseguirem encontrar emprego independente; o tempo maior dado aos proprietários de encontrarem uma forma de subordinação que impediam a integração de negros à sociedade livre como iguais; e por fim, a divisão que isso causa dentro da sociedade-negra entre aqueles que já tinham sido libertos e os que tinham permanecido sob o jugo da escravidão.

Com a Independência dos Estados Unidos, há um declínio do comércio escravista e, assim, esse fator econômico torna-se fundamental. Porém, Grinberg (2013), destaca que, a abolição do comércio de escravos, questão que vem sendo discutida pelos historiadores, foi consequência não só de uma decadência econômica no escravismo após a independência dos Estados Unidos, mas também da existência de um grande sentimento religioso moralista, e da nova mentalidade ligada à democracia. O que se destaca é que antes da independência, havia uma visão de escravidão como algo ruim, porém, algo necessário. Agora com a nova mentalidade religiosa se começa então, a encontrar dificuldades para defender o sistema escravista, devido à falta de argumentos cabíveis dentro da teologia cristã.

A ausência de cobrança na esfera religiosa em relação à questão da escravidão começa a mudar depois da Independência. Apesar de a maioria dos grupos religiosos parecer disposta a seguir justificando a escravidão como um mal necessário, algumas denominações, ou melhor, alguns de seus membros, tinham cada vez mais dificuldade de justificá-la com argumentos teológicos. E isso foi visto claramente nas décadas seguintes à Revolução Americana, quando várias denominações condenaram o sistema escravista e passaram a questionar sua associação com os senhores de escravos. (PAIVA, 2010 p.57)

. Portanto, o fim do comércio de escravos foi fruto da interação de fatores, econômicos, políticos, religiosos e morais, que não podem ser analisado separadamente, mas sim em conjunto.

Mais tarde, com a eleição de Abraham Lincoln, muitas foram as revoltas formadas já que ele não defendia o escravismo, mas também não lutava contra ele. Causando estranhamento para o Sul que acreditava que ele era um abolicionista nato, como também para o Norte que não via nele alguém que lutasse pelo fim da escravidão. Sendo assim um ponto passivo, em questão a escravatura, embora se declarasse um abolicionista.

O Norte ampliava cada vez mais o receio do Sul em questão as outras regiões, já que se este mantivesse a escravidão somente dentro do seu território poderia até ser tolerável, porém, rumores traziam a temida expansão do regime escravista até o oeste do país, ocasionando um novo meio de temores, já que o "medo da expansão da escravidão entre os habitantes dos estados do Norte foi fundamental para o crescimento do sentimento anti-Sul, que contribuiu para a deflagração da Guerra Civil." (GRINBERG et al. 2013 p.65)

Nesse momento da eclosão da Guerra Civil o contexto político nos Estados Unidos estava tomando uma nova forma, tendo um aspecto agora muito mais ligado com a religiosidade. Aspecto esse que faz com que o sentimento de mudança social aconteça ainda mais.

Vai haver uma disposição na esfera religiosa para uma maior definição da própria esfera política e os valores religiosos assumem uma dimensão totalmente nova: passa a haver uma busca por uma coerência cada vez maior entre o ser religioso e o ser político que não havia sido sentida até então. Como segue Smith, a última metade do século XIX foi a época da reedição do sonho de fazer os Estados Unidos uma nação cristã, e o revivalismo iria lutar contra os "males" da nação: a pobreza, a opressão sofrida pelas mulheres, a escravidão, entre outros (PAIVA, 2010 p.42).

Lincoln, diante da necessidade de se livrar das pressões que os abolicionistas estavam fazendo sobre ele, percebeu que com a emancipação dos escravos além de dar-lhe mais popularidade, poderia ocasionar o aceleração do fim da guerra.

Assim, no dia 1º de janeiro de 1863 foi proclamada a Lei de Emancipação dos escravos. Nas áreas longe do alcance legal da União, os escravos tornavam-se livres na medida em que as tropas do Norte venciam (...) a lei federal que proibiu a escravidão em todo o território nacional seria promulgada apenas em 1865, como a décima terceira Emenda da Constituição norte-americana. (KARNAL,2007 p.116)

Ao fim da guerra, é evidente perceber as marcas deixadas pra trás, além de muitas mortes, ela ainda causa impactos econômicos diferentes para o Norte e para

o Sul. Enquanto para um houve desenvolvimento e fortalecimento, para o outro, muita destruição e crise, fazendo com que o primeiro saia como o vencedor.

A revolução industrial estava em andamento no Norte desde aproximadamente 1820, com as ferrovias, o barco a vapor e o telégrafo como bons exemplos da expansão econômica. A região conseguiu enriquecer ainda mais com a Guerra Civil, fortalecendo a indústria têxtil, de calçados e principalmente a bélica. (...) Na região sul, a situação foi diferente; a guerra significou grande colapso econômico e desestruturação. No decorrer do conflito, a população sulista foi se tornando cada vez mais desmotivada e desmoralizada, o que contribuiu para o desfecho de derrota. (KARNAL, 2007 p.117)

Não somente dentro da economia foi que a Guerra Civil acabou influenciando, mas também dentro da esfera religiosa. PAIVA (2010) destaca que a guerra sintetizou uma divergência religiosa, sendo a escravidão o fator mais importante do conflito, é neste período que começa então a se marcar um posicionamento em torno da questão escrava, na qual, todas as denominações – com exceção da presbiteriana –, passam a defender também a emancipação dos escravos. A argumentação principal para esta ideia central da visão de mundo protestante era que a escravidão estava em contradição com a necessidade puritana de ser decidido para a obtenção da graça; a escravidão levava os brancos à preguiça fator não aceitável já que para a obtenção do céu, o trabalho contra a preguiça acabam se tornando um inimigo.

Contudo, se pode perceber como a escravidão nos Estados Unidos foi alvo de muitas discussões durante o decorrer do tempo. Desde seu início com a relação do Senhor e escravo, até a sua abolição com a Guerra Civil, ela é caracterizada com grande violência, causando mudanças econômicas, mudanças religiosas e mudanças até mesmo de mentalidade.

6. A escravidão e liberdade no Brasil

Com o trabalho indígena falho, e o tráfico negreiro em alta, o Brasil antes mesmo dos EUA, já começa a utilizar a mão-de-obra escrava. Fica claro que esse trabalho é utilizado para fins de produção em ampla escala, já que o mesmo tem um valor muito grande, não podendo ser perdido. Os primeiros escravos chegam ao Brasil, onde começam a trabalhar inicialmente nos engenhos de cana-de-açúcar. Porém, com o passar do tempo ocorre grande difusão do trabalho, abrangendo a mineração, e a produção de café, gerando não só diferenças regionais econômicas, mas também configurando toda uma forma de exploração distinta. Ainda assim

sendo diferente dos EUA, já que não teve uma divergência tão grande internamente em relação à escravidão. O trabalho servil do escravo dentro do território brasileiro embora distinto quando comparado regionalmente, é aqui abordado como algo em conjunto, não especificando em um só fator, mas na sociedade escravista brasileira como um todo. Com isso, se pode analisar então toda a questão escrava no Brasil desde o início de formação, desenvolvimento, e abolição.

O escravo foi trazido para o Brasil com fins de produção em alta escala, e não para uma produção de subsistência, ou para sustento alimentício de seu senhor, mas para uma ampla intensificação do comércio. Segundo Jaime Pinski:

O negro foi, portanto, trazido para exercer o papel de força de trabalho compulsório numa estrutura que estava se organizando em função da grande lavoura. Aqui, não havia muita preocupação em prover o sustento dos produtores, mas em produzir para o mercado. Considerava-se a agricultura de subsistência um desperdício de investimento e mão de obra que deveriam ser dirigidos à grande lavoura. (PINSKI, 2010, p.16)

Sendo assim, desenvolvido o trabalho dentro dos engenhos, com grandes proporções de produção e uma ampla exploração da mão-de-obra escrava. Para Kátia de Queirós Mattoso, os engenhos eram verdadeiras empresas e indústrias, com uma divisão de trabalho responsável pelo sucesso da exploração, os senhores donos de terras e dos meios de produção utilizam a mão de obra dos escravos para sua produção, seguindo sempre o mesmo modelo patriarcal.

A terra de um engenho não vale grande coisa no Brasil colonial, se ela é virgem e se a mão-de-obra necessária não atende à colheita próxima. Nessa sociedade agrária, o escravo é, pois, a "coisa" indispensável como instrumento de produção, mas devotado a uma tarefa fixa sem grande possibilidade de mobilidade social. (MATTOSO, 2003 p.108)

Essa mobilidade social não somente condiz em relação ao senhor, mas também com diferenças entre os próprios escravos, como por exemplo, o tipo de trabalho que se realizava, alguns podendo até mesmo se especializar em uma área específica do processo de produção. Já que "o engenho requer operários muito especializados, [...] recrutados entre os homens livres nos dois primeiros séculos da colonização, que passaram gradualmente a ser escolhidos entre os escravos." (MATTOSO, 2003 p.134). Esses negros especialistas recebem melhor tratamento, como domésticos. Por vezes, recebem recompensas em dinheiro, escapando da servidão econômica e, sobretudo, dos castigos físicos.

O maltrato aos escravos era de grande violência, embora sendo muitas vezes contraditórios, já que ninguém em sua livre consciência tentasse destruir uma ferramenta de grande valor. Sendo assim uma forma de repressão, em partes, moderada. "Contudo, aconteceram excessos e repressões que provocaram a resistência e a morte do escravo e não nos faltam documentos sobre esses problemas, bem ao contrário." (MATTOSO, 2003, p.104).

Não todos, mas alguns escravos acabam não aceitando a condição de vida que levavam, se rebelando contra o sistema escravista, impondo suas necessidades. Assim ocorre o surgimento de quilombos e mocambos, locais para onde o escravo fugia em busca de sua liberdade. Quilombo dos Palmares é um dos mais conhecidos por todo o Brasil

[...] instalado no século XVII no interior do atual estado de Alagoas, pertencente à época à capitania de Pernambuco. (...) A história registra que, quando de sua destruição em 1695, o quilombo dos Palmares teria abrigado 30 000 fugitivos.(MATTOSO,2003 p.159).

Este, porém, não era o único meio que o escravo acabou encontrando para realizar a conquista de sua liberdade, mas encontrou saída na morte, na fuga, e na alforria.

Com a independência, novas mentalidades a respeito da escravidão começam a surgir, trazendo agora uma visão mais abolicionista para dentro do sistema. Muitos foram também os que ainda eram a favor da escravidão, nos quais utilizaram de muitos argumentos para essa defesa principalmente apontando a importância da exploração para o comércio.

A independência, proclamada em 1822, marcou o início do questionamento do regime de trabalho escravo no país, já que a existência da escravidão era considerada, por alguns políticos liberais, um elemento colonial que à escravidão, embora várias discussões tenham sido feitas no sentido de acabar com o comércio de africanos, prevaleceu a posição que mantinha tanto o comércio de africanos, quanto a escravidão, com o argumento da grande dependência da economia brasileira em relação a mão-de-obra escrava. (GRINBERG, 2014, p.107).

Logo depois da Independência já vê-se a escravidão como alvo de crítica geral, esta vai perdendo a moralidade, não somente na opinião comum, mas até em meio aos conservadores. Enquanto se critica a escravidão sustenta-se sua manutenção; reconhecem-se seus males, mais raros e ousam ainda combatê-la

francamente e propor medidas efetivas e concretas para sua extinção. Caio Prado Junior, afirmando esse aspecto ainda menciona que:

Realmente a escravidão constituía ainda a mola mestra da vida do país. Nela repousam todas as suas atividades econômicas; e não havia aparentemente substituto possível. Efetivamente, é preciso reconhecer que as condições da época ainda não estavam maduras para a abolição imediata do trabalho servil. (PRADO JUNIOR, 1971, pp.103-104)

Ou seja, embora houvesse toda essa mentalidade por trás da escravidão, o Brasil ainda não estava pronto para o seu fim, já que ainda se fazia tão dependente desta economia.

A Inglaterra, embora no século anterior tivesse sido a maior interessada no comércio humano, após abolir o tráfico em suas colônias passa a fazer pressão para que o fim do tráfico negreiro também ocorresse no Brasil. "É sob sua influência ou pressão — diplomática muitas vezes, mas não raro também militar — que o tráfico será sucessivamente abolido por todos os países do mundo". (PRADO JUNIOR, 1971, p.105). Mas qual era a finalidade dos ingleses com a pretensão do fim do tráfico? Como todo processo, o desígnio era fortemente relacionado à economia, já que, desde a emancipação em seus territórios a Inglaterra tem aumentado o valor de sua produção exportadora, devida à nova mão-de-obra utilizada, e o Brasil ainda com os escravos estava tendo uma exportação mais barata, prejudicando o mercado para os Ingleses.

Muitas foram as pressões sofridas pela questão da emancipação dos escravos, porém, não podendo se limitar a essa questão devido à guerra do Paraguai. Porém, somente com o fim desta que o governo brasileiro passa a começar a discussão em torno destas demandas, temendo a ocorrência de um conflito grande como a Guerra Civil Americana. Para Caio Prado (1971) depois de 1865, éramos o único país a manter a escravidão, havendo diversas tentativas de conciliação entre os interesses dos escravocratas e dos libertadores, mas com a organização de um ministério escravocrata dissolveu-se a Câmara e as forças conservadoras e reformistas se polarizaram.

A Guerra do Paraguai serviu como pretexto para adiar o debate franco sobre o tema, já que muitos políticos acreditavam que, depois da forma como foi realizada a abolição da escravidão nos Estados Unidos, era melhor que a emancipação fosse feita através de uma reforma lenta do que por uma transformação revolucionária.

Fator corroborado pelo exemplo haitiano, cujo processo resultou na expulsão dos brancos do país. Além disso, alguns membros da Igreja Católica que eram a favor da abolição, tinham o mesmo intuito, defendendo o fim da escravidão, mas desde que fosse um fim gradativo e devagar.

Os defensores do emancipacionismo católico desejavam uma abolição lenta e gradual que não arriscasse o edifício social e ameaçasse o lugar privilegiado ocupado pela elite clerical do Brasil. Para isso advogava em prol da alforria, para alcançarem uma emancipação lenta e com a manutenção da ordem social vigente. (PEREIRA,2011,p.62)

Com a Lei do Ventre Livre em 1871, o governo aplicava um meio para tentar retirar os olhares sobre a escravidão. A partir de 1880 formam-se sociedades abolicionistas e os próprios escravos começam a tomar parte na luta. A Lei de 28 de setembro de 1885 deu liberdade aos maiores de 60 anos, o que era irônico, pois raramente se chegava a essa idade e, mesmo que se chegasse, não teria condições de arrumar seu sustento se fosse livre. Com a implantação da lei do ventre livre, algumas mudanças acabam acontecendo, já que, diferente da legislação anterior, de 1871, com a nova lei do “ventre livre”, promulgada pela imperial Isabel, concede-se a liberdade às crianças nascidas no país, de mãe escrava.

“[...] a liberdade concedida aos nascituros fazia-se acompanhar de cláusulas restritivas terríveis, já que a lei estipula que o menor permaneça com a mãe até a idade de 8 anos.” Atingindo a idade, o senhor pode então optar que o estado pague a mãe e usufrua do serviço desta criança até os 21 anos, ou então, o próprio senhor pagar a mãe para que fique com o serviço da criança. (MATTOSO, 2003, p.176)

Neste período também o comércio marítimo negreiro já havia sido proibido, gerando então diminuição do sistema escravista, embora o tráfico continuasse a existir.

A mentalidade religiosa, porém, não seguia o mesmo plano: o catolicismo se manteve neutro em relação ao abolicionismo, muitos autores destacam até que a Igreja era a favor da escravidão, já que não se pronunciava para o fim dela. Mas que, embora durante anos a Igreja tivesse se mantido a favor da escravidão e até mesmo utilizava desta mão-de-obra em suas terras, não é possível dizer o mesmo referente à abolição, por mais que esta tenha usufruído de tal exploração até ao seu declínio final.

A historiografia vem apresentando que durante os mais de trezentos anos de escravidão, a Igreja Católica e seus sacerdotes mostram uma postura ambígua. Durante o período colonial, enfrentaram dificuldades para condenar o cativo e acabaram utilizando a Bíblia para garantir que os senhores não seriam condenados. Após a independência houve um período de omissão, provocado pelo regime de padroado e a razão nacional, mas reapareceram no apagar das luzes. Entretanto, acredito ser necessário ir além dessas constatações, e investigar qual o projeto emancipacionista foi proposto pela liderança católica e identificar quais foram as suas principais diretrizes. (PEREIRA,2011,p.48)

Por fim, se pode destacar que o processo de escravidão e liberdade dentro do Brasil, foi longo e acompanhado de discussões até mesmo externas que levaram ao seu extermínio. A escravidão teve grande importância para a economia brasileira, tendo sim uma característica violenta e agressiva, porém, sem muitas contendas para chegar ao seu fim.

7. Considerações finais

A escravidão deve ser vista como mais uma fonte de riqueza, de lucro, um instrumento utilizado como mão-de-obra, como objeto de trabalho.

Muitos foram os fatores que influenciaram esse processo, entre elas a alta demanda de mão-de-obra, já que os nativos não foram suficientes para supri-la, e com o tráfico negreiro em alta, surge então uma nova característica escravista, a escravidão do negro. O tráfico negreiro, além da destruição das populações indígenas pelo colonizadores, foram os grandes incentivadores do início da escravidão nas Américas, esta que primeiramente foi utilizada pelos Europeus nas produções açucareiras trazendo os negros africanos para o Brasil, e logo depois pelos Ingleses que também tiraram o proveito os levando para a América do Norte, e os transformando-os não só em mão-de-obra, mas também em um objeto comercial importante.

Tendo em vista os aspectos observados, alguns pontos podem ser considerados para a compreensão das diferenças, como: a mentalidade formada, sendo um aspecto que passa a ser consideravelmente diferente entre as Américas, até mesmo pela diferença religiosa; a emancipação da escravidão nos EUA que teve uma característica mais violenta, e com bases religiosas mais dispostas a se aprofundar na questão; e por fim, a emancipação da escravidão no Brasil, que embora violenta não teve tantas interações, e com menos apoio religioso,

já que, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, no Brasil, as falas contra a escravidão priorizaram a razão nacional e a colocou em segundo plano o discurso religioso.

Portanto, se pode afirmar que a escravidão é considerada diferente entre ambos os países, mas que somente a escravidão e quaisquer outros aspectos não são o bastante para justificar tamanha diferença econômica observada atualmente.

Referências

BERLIN, Ira. **Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **A Afro- América: A escravidão no novo Mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. **Historia do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo: Fundação de Desenvolvimento e Educação, 1994.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GRINBERG, Keila *et al.* **Escravidão e liberdade nas Américas**. São Paulo: FGV, 2014.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

OGOT, Bethwell Allan. **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

PAIVA, Angela Randolpho. **Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Emancipando os escravos: valores religiosos colocados em xeque**. pp. 54-78. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. In:<<http://books.scielo.org>> acesso em: 14/06/2017.

PEREIRA, Camila Mendonça. **Abolição e Catolicismo: a participação da Igreja Católica na extinção da escravidão no Brasil**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

PINSKI, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PIRES, Julio Manuel. **O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação.** São Paulo: Estudos Avançados, 2000. In: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142000000100006> acesso em: 25/08/2017

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 15ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: A questão do outro.** 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.